

ALPIARÇA, 1950. AS ROTINAS DA SOBREVIVÊNCIA E O MOMENTO DE UMA BALA

*Inês Fonseca
Dulce Freire
Paula Godinho*

O objectivo desta comunicação é confrontar as perspectivas que, dentro dos grupos sociais dominantes e dos assalariados no Portugal rural salazarista, foram convocadas por um mesmo acontecimento, dando legibilidade às configurações de classe que, num tempo social determinado – o início da década de 50 em Portugal – permitem identificar o interesse dos grupos e as relações entre os níveis local e nacional, bem como a detecção de um instante de mudança nas relações das forças sociais.

A investigação de que representa uma fase dos resultados, decorre há cerca de três anos, envolve uma equipa interdisciplinar, dirigida pelos professores Jorge Crespo e Fernando Rosas, e é composta pelas três investigadoras, inseridas num projecto financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (programa PRAXIS XXI). Além de uma pesquisa documental¹, os dados aqui apresentados constituem uma etapa entre o levantamento extensivo, levado a cabo por todo o país, e uma pesquisa de carácter intensivo, atendendo à peculiaridade de um lugar e às características de um momento.

¹ Consultámos os seguintes arquivos: dos Governos Cívicos, Distritais, do Ministério do Interior e PIDE/DGS

Alpiarça é um dos 19 concelhos integrados no Ribatejo que “*é uma região de transição, entre o litoral e o interior, entre o poliformismo da Estremadura e a estrutura, em todos os aspectos mais monótona do Alentejo*”². Nos anos 50, a dimensão média da propriedade, as formas de a explorar e as culturas praticadas evidenciam esse carácter de transição. A maior parte das propriedades do distrito de Santarém têm menos de 1 hectare ou entre 1 e 5 hectares (contabilizam-se com estas dimensões 56000 parcelas), existindo também 195 parcelas com 100 ou mais hectares.

Não sendo tão pequenas como no Minho ou nas Beiras as parcelas raramente atingem as dimensões das dos “campos do Sul”. Para explorar a terra, recorria-se sobretudo ao arrendamento (60%); a conta própria e a parceria representam cerca de 20% cada.

Nesta região domina a vinha. Os solos também produziam fruta, azeite e cereais, e apesar das tentativas do governo do Estado Novo para expulsar as cepas das lezírias, o vinho continuou a ser, até à década de oitenta, o principal produto agrícola. Este concelho, o mais pequeno do Ribatejo, era o quarto maior produtor (depois de Almeirim, Cartaxo e Santarém). Nos anos 40, produzia à volta de 18 milhões de hectolitros de vinho: era “uma vinha pegada”³.

No Distrito de Santarém, nos anos 40, os trabalhadores por conta de outrém representavam 62% da população activa agrícola, dez anos depois subira para 74%⁴. Para a exploração destes campos, tornava-se indispensável o recurso a grandes quantidades de mão-de-obra. Os trabalhadores rurais de algumas localidades ribatejanas chegaram ao Estado Novo com uma longa herança de insurgências.

Em Alpiarça, as tradições de luta dos trabalhadores rurais remontam (de acordo com a memória oral veiculada por elementos deste grupo) ao tempo da I República: “*Desde logo os operários agrícolas começaram-se a destacar através de organizações de classe, portanto, tiveram logo uma Associação de Trabalhadores Rurais ali por volta de 1911. A primeira luta consiste na contestação do horário de trabalho de sol-a-sol. Onde*

² Orlando Ribeiro, Hermann Lautenssach, Suzanne Daveau, *Geografia de Portugal*, IV. *A vida económica e social*, Edições João Sá da Costa, Lisboa, 1991; pp. 1258-1259

³ António Augusto Antunes Júnior, *Ribatejo Vinícola*, Ministério da Economia, Direcção Geral dos Serviços Agrícolas, 1946, p. 183

⁴ Fernando Rosas, *O Estado Novo, História de Portugal*, Vol.VII, José Mattoso (dir.), Editorial Estampa, 1994, pp. 36 e 43

emergiram, portanto, as reivindicações [...] do sol alto, da hora de sol, da molhadura⁵ e, portanto, de condições que se salientavam das dos outros trabalhadores aqui à volta. [...] A consciência de classe dos operários agrícolas foi tomando consistência. E, portanto, havia embora sem uma organização legal de defesa, os operários agrícolas de uma forma resistente iam, consoante as possibilidades, exigindo.”⁶

Em 1934, é extinta a Associação dos Trabalhadores Rurais (sendo substituída por uma Delegação do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência). Muitos dos dirigentes da Associação são absorvidos pelo novo regime: *“Os próprios agrários tiveram o cuidado (porque foram sempre muito habilidosos) de procurar os melhores quadros entre os camponeses, aqueles que eram bons trabalhadores e que tinham capacidade de orientação, pagando-lhes bem, para traírem a sua própria classe. [...] Temos muitos desses trabalhadores que passaram depois, para capatazes ou feitores das casas agrícolas. Quer dizer, deixaram a sua própria classe, combatendo depois a sua própria classe pagos pelos lavradores, pelos agrários.”⁷*

As lutas laborais que ocorreram durante a I República, perpetuam-se pelo Estado Novo. Os trabalhadores agrícolas exigem, essencialmente, melhores salários e melhores condições de trabalho. Levam a cabo as suas reivindicações nas praças de jorna, onde já então era habitual a presença e intervenção da GNR, o que fazia com que muitas destas lutas terminassem em confrontos entre os assalariados e os elementos desta força policial. A animosidade existente entre estes dois grupos está patente, não só nas acções de desafio e insurgência por parte de uns e nas medidas repressivas e violentas por parte de outros, mas também nos discursos produzidos. Trata-se de grupos inimigos: *“Até a GNR, quando vinha para cá, já vinha preparada para isso: que a gente não éramos seres humanos, a gente éramos pessoas que não merecíamos consideração de ninguém.”⁸*

⁵ A *molhadura* consistia no pagamento em géneros: 1 litro de vinho (de 12.º) por dia. Depois desta conquista, os patrões tentaram recuar, dando vinho de pior qualidade aos trabalhadores. Estes protestavam entornando o vinho para o chão no momento em que o recebiam, no campo, quando andavam a trabalhar

⁶ Entrevista com António Calarrão, Alpiarça, 12 de Setembro de 98 (cassete n.º 58, lado b)

⁷ Entrevista com Álvaro Brasileiro, Alpiarça, 23 de Agosto de 98 (cassete n.º 61, lado a)

⁸ Entrevista com António Malaquias Abalada, 12 de Setembro de 98 (cassete n.º 59, lado b)

São vários os episódios, desde o início do século (1919, 1928, 1934, 1936, etc.), em que os revoltosos desarmaram os guardas ou em que estes prenderam, feriram ou mataram alguns dos manifestantes.

Em 1940 / 41 (a seguir à reorganização do PCP), surge um comité local do Partido Comunista Português em Alpiarça. As lutas e reivindicações passam a ser conduzidas por esta organização e assumem, por vezes, uma natureza política para além do seu carácter apenas laboral.

A persistência e regularidade com que as acções de luta ocorriam em Alpiarça, durante o Estado Novo, valeram-lhe a ímpar distinção (entre as terras vizinhas) da criação, em 1965, de um posto da PIDE, que dependia directamente do Comando do Entroncamento, até 1969, altura em que foi transferido para a cidade de Santarém, até então desprovida de semelhante organização.

As lutas desenvolvidas pelos trabalhadores de Alpiarça, não são, substancialmente diferentes das protagonizadas pelos congéneres do Alentejo. Quanto às estratégias de resistência e de agitação, este concelho integra-se nos “campos do Sul”, caracterizados por Pacheco Pereira. Aqui, entre as décadas de 40 e 60, *“os rurais lutam pelo emprego, pelo salário, pelo horário de trabalho, por melhor comida, por uma condição de dignidade do trabalhador, perante o lavrador e as autoridades”*⁹. Nestes 20 anos, a agitação é recorrente: *“Todos os anos há lutas maiores ou menores, ou incidentes de amplitude geográfica ou de número de participantes diversos, mas que se sucedem periodicamente, ano a ano, sem bruscas alterações no seu ciclo sazonal (...), há uma sucessão de pequenos incidentes locais cuja envergadura varia de ano para ano, ou em ciclos de vários anos, que quase sempre não assumem uma grande amplitude, mas que também nunca desaparecem em absoluto”*¹⁰.

Nos finais da década de 40, parece fechar-se uma fase de fluxo. Os anos 1950-51 caracterizam-se pelo refluxo dos conflitos, num momento em que aumenta a repressão governamental e são desmanteladas as organizações locais do PCP. Por outro lado, as lutas nas praças de jorna per-

⁹ José Pacheco Pereira, *Conflitos sociais nos campos do Sul*, Publicações Europa-América, Lisboa, 1982, p. 126. Ainda segundo este autor, as grandes diferenças verificadas neste período devem-se a quatro factores: *“uma maior continuidade dos conflitos ao longo do tempo, o aparecimento de novas formas organizativas e novos terrenos de actuação, a influência do PCP e, em consequência disso, uma mediação política mais acentuada dos “interesses” dos trabalhadores rurais, através da formulação de um programa de “reforma agrária”*”.

¹⁰ Idem, *Ibidem*, pp. 126-127

dem importância em detrimento de formas mais activas de garantir o emprego, a luta pelo salário perde significado e a exigência de emprego tornara-se mais premente. É neste contexto que se insere o episódio que analisamos.

Corria o ano de 1950. A 4 de Junho, regressado de um dia de trabalho no campo, apesar de ser domingo, Alfredo Dias Lima está, com outros trabalhadores rurais, no sítio errado no momento errado. Será assim, apesar do espaço ser central na povoação que habitava, a vila de Alpiarça, no distrito de Santarém. Não se lhe conhecem alinhamentos políticos anteriores, a memória familiar não encaminha na senda do anti-salazarismo militante que marcava outras linhas genealógicas locais. Durante a praça de jorna¹¹, as mulheres reivindicavam melhores condições de trabalho e aumento de salário, para as mondas do arroz. *“E depois, há lá uma mulher que começa a gritar mais coiso, pronto, a falar, a falar mais alto. E a guarda vai lá, foi-se lá meter, não tinha nada lá a chiricar e parece que começa logo a empurrar as mulheres. E também, na praça de jorna, também lá estavam os trabalhadores. Pronto, fizeram bem: naquela altura, foram em socorro das mulheres. E, pronto, houve aquela troca... eles começaram a recuar e os trabalhadores aí, os trabalhadores tiraram-lhes as armas. Desarmaram-nos, só que eles depois começaram a pedir e tal: “Vocês têm as armas e a gente não quer coiso...”. E os parvos ainda lhes dão as armas. Tiraram-lhes as armas porque eles estavam a bater-lhes, às mulheres, e a dar pontuadas nas mulheres; eles começaram a chorar e tal e os indivíduos deram-lhes as armas. Os gajos recuaram, não é, bumba começaram a bater...”*¹²

A GNR, atira, ferindo vários indivíduos, entre os quais Alfredo Lima. São igualmente atingidos outros trabalhadores rurais: Manuel da

¹¹ A praça de jorna era o local onde trabalhadores e capatazes se encontravam para estabelecer as condições de trabalho. Em Alpiarça, realizava-se aos domingos e era frequentada por todos os trabalhadores agrícolas (homens e mulheres). No entanto, verificavam-se maiores concentrações nas épocas em que os trabalhos agrícolas se intensificavam: durante as campanhas das podas e curas da vinha, da azeitona, das vindimas e das mondas do arroz. Era, sobretudo nestas praças de jorna que os trabalhadores faziam valer o seu poder reivindicativo junto dos capatazes e feitores responsáveis pelas contratações, nos períodos em que estes estavam mais pressionados pela urgência da realização de determinadas tarefas agrícolas num curto espaço de tempo. As praças de jorna eram, assim, o palco privilegiado de muitas das lutas dos assalariados: constituíam um espaço onde estes se encontravam juntos e podiam enfrentar os patrões e os seus capatazes e feitores.

¹² Entrevista com António Malaquias Abalada, 12 de Setembro de 98 (cassete n.º 59, lado b).

Silva Piscalho, Angelino do Norte Arraiolos, Raul Farroupo Casaca. As pernas e os braços atingidos por balas, os assalariados são conduzidos ao hospital de Santarém, e daí irão presos para o forte de Caxias¹³. Alfredo Lima, haveria de falecer no hospital da sede distrital e ao anúncio de que a sua inumação ocorreria em Santarém¹⁴, e não em Alpiarça, é desencadeada uma nova movimentação no sentido de conseguir o seu enterramento na vila.

O carácter de contágio é receado pelas autoridades, como o demonstram duas atitudes. Por um lado, tentam abafar o acontecimento, retirando-lhe desse modo a oxigenação necessária à manutenção da capacidade reprodutiva do evento, perseguindo de forma afincada um indivíduo que teria enviado para os jornais censurados um relato dos acontecimentos, universalizando uma situação para a qual se desejava uma dimensão paroquial e circunscrita, logo, mais controlável e menos nefasta. Por outro lado, vigiam, no tempo, os momentos semelhantes àquele que gerou o conflito. Na semana seguinte, e apesar das instruções que a GNR local teria dado a patrões e a trabalhadores no sentido de o tempo nocturno (menos controlável, mais propício ao desacato sem que fosse possível identificar responsáveis) não ser ocupado com a praça de jorna, de novo esta se apresta a prolongar-se, mercê da continuada prepotência dos proprietários, por um lado, e também da insurgência que progride entre os assalariados por outro. Face aos acontecimentos, procurando explicá-los, são vários os grupos quer das elites, quer das forças do regime, quer dos assalariados, cujos discursos foi possível compulsar, através de documentos escritos e testemunhos orais. É o confronto entre esses discursos que aqui se fará, procurando encontrar continuidades e linhas de fractura e tentando entendê-las.

¹³ No dia 17 de Junho, o Comandante do Batalhão 1, da 3.^a Companhia, de Santarém dirige ao Comando Geral da GNR um ofício em que informa que “*Seguiram esta madrugada para o Forte de Caxias à guarda da PIDE 3 mulheres e 17 homens, considerados agitadores, instigadores e apedrejadores da patrulha da GNR, nos tumultos de dia 4.*” Ministério do Interior, *Arquivo do Gabinete do Ministro*, SG 1040, Pasta GBT 5, 1950.

¹⁴ Apesar de Jaime Pintassilgo, um natural de Alpiarça, ter envidado esforços no sentido de conseguir a trasladação do corpo, a polícia política mostrava-se demasiado receosa das manifestações no interior da povoação, atendendo ao clima desencadeado pelo assassinato. V. António Malaquias Abalada, *História das Lutas Política e Económica em Alpiarça*, caderno manuscrito fornecido pelo autor, 29 páginas, s/d, p. 6.

Em relatório¹⁵ dirigido ao Ministro do Interior, a PIDE esclarece que na origem dos incidentes de 4 de Junho esteve a exigência de aumento de salário, que levou a que a GNR, “*encarregada de manter a ordem e sempre nomeada, quando se realiza a praça de jorna, tivesse de intervir*”, respondendo ao alarme dado por uma mulher. Numa atitude que demonstrava, por parte dos trabalhadores rurais, um adequado conhecimento dos repertórios de luta e das técnicas defensivas e ofensivas, à aproximação da patrulha da GNR, o grupo de mulheres que se encontrava na praça de jorna feminina foi cercado por cerca de três centenas de homens, na tentativa de dispersarem os agentes repressivos, primeiro, e depois de os desarmar. Neste relatório, os agentes da polícia política tentam atenuar os efeitos da actuação da Guarda, frisando que terá havido por parte desta *a maior prudência*, atestada pelo facto de, entre 30 tiros disparados, só 4 terem atingido os alpiarcenses, e por ricochete, depois dos elementos da patrulha terem sido feridos com as pedradas dos trabalhadores. Mais, os sentimentos humanitários da GNR são comprovados pelo acompanhamento que o próprio capitão local desta força fizera dos feridos até ao Hospital de Santarém, onde um deles viria a falecer.

Em face destes acontecimentos, o relatório da PIDE tenta encontrar causas para o sucedido. Os baixos salários pagos, surgem como a mais provável das condições desencadeadoras.

Um proprietário, segundo o relatório da PIDE, terá adiantado considerar que os salários pagos no período que antecedeu os acontecimentos eram francamente baixos, desculpando-se com uma atitude corporativa: não pagava mais porque os outros “*não deixariam de o censurar*”¹⁶. Assim, da mesma maneira que as praças de jorna serviam à organização dos trabalhadores, visando forçar a entidade patronal à contratação por um salário mais alto, também é legível, que reciprocamente os proprietários se concertavam no sentido de conseguirem manter baixo o preço do trabalho. Mais, “*porque não querem ser apontados pelos seus colegas como alterando aquilo que a maioria resolveu, isto é, manter os salários baixos enquanto for possível mantê-los*”¹⁷, alguns proprietários acres-

¹⁵ Arquivo do Mistério da Administração Interna, “Relatório – Incidentes entre trabalhadores rurais e uma patrulha da Guarda Nacional Republicana, em Alpiarça, no dia 4 do Mês corrente”, *Arquivo do Gabinete do Ministro*, SG 1040, GBT 5 e PIDE, 1950

¹⁶ Idem, *Ibidem*, p. 3

¹⁷ Idem, *Ibidem*, p. 3

centavam, “às escondidas, alguma coisa mais que o prometido”¹⁸, visando, num registo dúplice, contentar os que contratavam e manter a face em relação aos seus congéneres. Neste relatório, conclui a polícia política que “o aumento exigido pelos trabalhadores, representa, em encargos, muito pouco para os lavradores, que com um pouco mais de boa vontade teriam evitado tudo quanto se passou”¹⁹. Quando os conflitos emergissem, acusa a PIDE, os proprietários esgueirar-se-iam para Lisboa ou qualquer outro lugar do país ou do estrangeiro, deixando o apagar do fogo que haviam ateado aos outros, e nomeadamente à GNR e à própria polícia política. Para não dar por completo, na prática, a razão às reivindicações dos assalariados, a brigada da PIDE que se encontrava em Alpiarça terá acordado com os capatazes a subida de salários na semana seguinte, de 26\$00 (oferecidos pelos proprietários) para 28\$00 – ou seja, numa posição intermédia relativamente aos 30\$00 reivindicados, “para que o facto não servisse de incitamento para atitudes futuras por parte dos trabalhadores e porque o “Avante” dentro de pouco tempo poderia vir a escrever que se tratava de mais uma reivindicação ganha”²⁰.

Numa apreciação da situação em Alpiarça no que concerne aos organismos corporativos e autoridades locais, o relatório da polícia política é contundente. O Grémio de Lavoura era presidido por um proprietário absentista, residente em Santarém, o engenheiro-agrónomo José Falcão que só excepcionalmente se deslocava à vila, “não ligando nenhuma importância ao cargo que desempenhava”²¹. O gerente do referido grémio detinha, na prática, o controlo deste organismo, que corresponderia em exclusivo aos interesses dos lavradores locais. A nova direcção do Grémio, nomeada em 7 de Junho não merece igualmente à PIDE uma apreciação favorável, seja pela prepotência de uns, pela fraqueza de outros ou, até, pela invalidez ou pela idade demasiado avançada de alguns.

Por outro lado, o presidente da Câmara é tido como demasiado conciliador e inoperante: no dia 4, durante o levantamento local, estaria em Santarém, a assistir a uma corrida de toiros, e ainda que informado por telefonema do sucedido, só na tarde do dia 5 haveria de deslocar-se ao

¹⁸ Idem, *Ibidem*, p. 2

¹⁹ Idem, *Ibidem*, p. 3

²⁰ Idem, *Ibidem*, p. 4

²¹ Idem, *Ibidem*, p. 4

posto da GNR em busca de informação acrescida; no dia 11, quando a PIDE havia feito com os capatazes um novo acordo de aumento das jornas, o referido presidente estava mais uma vez na sede de distrito, desta feita a assistir a um desafio de futebol. Mas, insidiosamente, avança o relatório, *“não se suponha que as ausências do Senhor Presidente eram por mera coincidência, pois é costume velho, sempre que surgem quaisquer dificuldades a enfrentar, Sua Excelência ausentar-se de Alpiarça”*²². Como não existe vice-presidente da Câmara, aproveita o relatório para sugerir que estas funções sejam ocupadas pelo oficial nomeado para Comandante de Secção da GNR local. Ainda que a solução final requeira mais alterações: *“Com um Presidente e Vice-Presidente da Câmara, enérgicos e trabalhadores, desligados de amizades e influências, não dependente dos lavradores, com um Grémio de Lavoura bem dirigido e com uma Casa do Povo vigiada, não haja quaisquer dúvidas que muito de útil se faria em Alpiarça, tornando menos profícua a propaganda desenvolvida pelos elementos subversivos.”*²³

Quanto ao Delegado do INTP (Instituto Nacional do Trabalho e da Previdência) em Santarém, apesar de, segundo a polícia política, os acontecimentos terem sido de natureza laboral, não apareceu sequer a informar-se do ocorrido, o que denotaria o seu desinteresse.

Também o estilo de vida dos lavradores merece críticas, num tom que quase se aproxima do utilizado nos jornais de oposição, pois *“após a vindimas ou as ceifas, não têm dúvidas em exhibir novos automóveis, comprados ou trocados por outros que já possuíam.(...) Quando assim não sucede, são os passeios a Espanha, França, Itália, Suíça, etc., onde gastam milhares de escudos, levantando depois obstáculos quando se trata de darem aos trabalhadores mais uns escudos por dia.”*²⁴

Encontra a PIDE razões, em suma, para o descontentamento, já que *“Tudo isto é do conhecimento da população rural, pois ela acompanha de perto a vida dos lavradores, conhece-os e sabe como vivem.(...) E note-se, que os abusos são ainda maiores, quando se deslocam até Alpiarça, nas épocas próprias, ranchos vindos de Pombal, Soure, Figueira da Foz, etc.. Homens e mulheres que no fim dos trabalhos para que foram contratados, pouco recebem, pois as contas dos géneros ou*

²² Idem, *Ibidem*, p. 6

²³ Idem, *Ibidem*, p. 6

²⁴ Idem, *Ibidem*, p. 5

comida fornecida, são feitas de tal ordem, que raro é aquele, que não retira descontente por ter ido parar a uma terra daquelas”²⁵.

Finalmente, a PIDE dá conta da prisão dos apedrejadores que mais se salientaram, 15 homens e 3 mulheres, e detecta como indício de que os acontecimentos foram organizados a realização de uma praça de jorna feminina, que há três anos não ocorria, “*pois de há muito está convencio-nado que as mulheres ganham metade do salário dos homens.(...) se assim tem sido, que necessidade havia de fazerem reunir as mulheres, senão para dar incremento a qualquer incidente previamente prepa-rado?*”²⁶

Perante o relatório apresentado pela PIDE, o Governador Civil de Santarém resolve fazer um conjunto de comentários e de rectificações. Assim, no entender de Abílio Américo Bello Tavares, as causas dos acontecimentos de 4 de Junho não se encontrarão “*no excessivo egoísmo dos proprietários da região, que obstinadamente se recusam a dar ao trabalho o seu justo valor com a agravante ainda de afrontarem a modéstia e, quiçá, a miséria do trabalhador rural, com a vida faustosa que levam.*”²⁷. Recusa o governador civil que os proprietários de Alpiarça tenham qualquer especificidade que os distinga dos de Almeirim ou da Chamusca, e a sua posição baseia-se em comparações entre os salários praticados nas três vilas no período considerado²⁸, o que o leva a escrever que “*O proprietário de Alpiarça não tem (...) mentalidade e sentimentos diferentes dos proprietários dos concelhos limítrofes(...)*”, mas que “*o trabalho considerado como mercadoria de preço flutuante, os que o procuram pretendem obtê-lo por menor preço e os que o oferecem pre-tendem por ele o maior, e como mercadoria sem preço fixo é ainda dominado pela lei económica da oferta e da procura.*”²⁹. Apesar desta sujeição à lei económica geral, que explicaria as diferenças entre conce-

²⁵ Idem, *Ibidem*, p. 5

²⁶ Idem, *Ibidem*, p. 7

²⁷ Arquivo do Ministério da Administração Interna, “Ofício confidencial n.º 167”, Arquivo do Gabinete do Ministro do Interior, SG 1040, GBT e PIDE, 11.8.1950, fl.1.

²⁸ Assim, em Alpiarça, na semana dos acontecimentos, os salários eram de 20\$00 para os homens e de 10\$00 para as mulheres, enquanto em Almeirim oscilavam entre 22 e 25\$00 para os homens e 11 e 20\$00 para as mulheres (as variações dependeriam das freguesias). Na Chamusca, os homens ganhavam entre 18 e 30\$00, e as mulheres entre 11 e 20\$00, consoante fossem trabalhadores permanentes, ou contratados para o desempenho de uma tarefa. Idem, *ibidem*, fl.2.

²⁹ Idem, *ibidem*, fl.2-3

lhos, o governador civil salientava que a situação contrariava as reformas sociais empreendidas pelo governo.

A divergência entre os assalariados e os patrões é entendida pelo governador civil como a causa próxima dos acontecimentos, preferindo chamar-lhe *o pretexto*, já que a causa remota é legível no “*carácter irreductível do povo de Alpiarça, de temperamento turbulento e indomável, de reacções violentas e inexplicáveis e que desde longa data, individual ou colectivamente, tem tornado Alpiarça terra de crimes de natureza comum e perturbações [sic] sociais e políticas que afectam o seu bom nome. (...) Este povo por índole e falta de educação tem em si o germe do espírito de revolta permanente contra os princípios basilares da ordem estabelecida – propriedade privada, preceitos religiosos, função da autoridade, etc.. É um povo com acentuadas tendências comunistas adrede exploradas em momentos julgados oportunos como o de 4 de Junho*”³⁰.

A *má índole* dos alpiarcenses é seguidamente comprovada com um conjunto de crimes, iniciados em 1922 com o assassinato de um oficial da GNR, sem que se houvesse apurado quem fora o assassino, continuados com a agressão a dois agentes da mesma força em 1928, tendo sido partida a espingarda de um deles, e de que resultou a prisão de 6 indivíduos. Em Abril de 1934, depois da agressão a um capataz na praça de jorna, foi tocado o sino a rebate para incitar o povo à revolta e foram detidos 17 indivíduos. Dois meses depois, em 10 de Junho, o sino voltaria a tocar a rebate, havendo alteração da ordem pública e a tentativa de desarmamento de uma patrulha da GNR. Em 9 de Junho de 1942, na praça de jorna, foi agredido um capataz cujo patrão baixara o preço dos salários, e tentaram de novo desarmar a patrulha da GNR, após o que mais 10 pessoas foram presas. Dois anos depois, em 1944, 1000 pessoas, com as mulheres e as crianças à frente, teriam atacado uma força da GNR na Gouxá, ficando feridos alguns civis. Mas, se estas movimentações provocadas por conflitos de trabalho já serviriam à comprovação no tempo da referida *má índole*, terão sido cometidos entre 1936 e 1950 vários crimes de direito comum e também pequenos delitos, alguns sem participação à GNR. Quanto aos crimes de direito comum, sobressaem o que foi cometido por alguém que envenenou a mãe, o pai, o sogro, a mulher e uma cunhada; o de um outro, *que queimou as barbas do Senhor dos Passos*³¹,

³⁰ Idem, *ibidem*, fl.3

³¹ Idem, *ibidem*, fl.4

o de um estupro a uma demente, o corte de 50 árvores de fruto a um proprietário, bem como “*o aparecimento, vulgar, do corte de cepas de vinha em muitas propriedades*”³². Em suma, os crimes contra as pessoas e contra a propriedade são conjuntamente tratados pelo governador civil, não discernindo a diferente natureza e razões de uns e de outros. Remete para a ordem política exclusivamente um conjunto de elementos – a propaganda nas eleições presidenciais de Fevereiro de 1949, em que teria sido realizado em Alpiarça o maior número de sessões de todo o distrito, tendo sido também aí que se levou a cabo sessões do MUD Juvenil. Mais, é aí que surgem principalmente panfletos comunistas e expressões subversivas escritas nas paredes e “*a maldade política é tão acentuada que chegaram a sujar com excremento humano o pegadoiro da porta da casa d’um presidente de câmara.*”³³ Assim, ao dissociarem-se manifestações de rebeldia e de insurgência por razões de trabalho, de outras a que se atribui o carácter político, diminui-se o peso das referidas manifestações que, em conjunto, dariam conta de uma disposição continuada para a luta. Mais, diluindo entre os crimes comuns um conjunto de atitudes que constituem formas do que é designado por James Scott³⁴ por *resistência de rotina*, retira-se-lhe o carácter predominantemente político, ou, para usar a expressão do mesmo autor, de *infrapolítica*.

No discurso do Governador Civil é desvalorizada a sugestão da polícia política para que fosse fundada em Alpiarça a Casa do Povo, já que, atendendo à *índole, a estrutura moral do povo de Alpiarça*³⁵, seria pos-

³² Idem, *ibidem*, fl.4

³³ Idem, *ibidem*, fl.5

³⁴ James Scott; *Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance*. Yale, Yale University Press, 1985; *Domination and the arts of resistance*. Yale, Yale University Press, 1990

³⁵ No ano seguinte, num ofício datado de 27 de Outubro a propósito de inscrições murais surgidas em Alpiarça que denunciavam o desemprego aí ressentido, haveria de reforçar esta má índole: “*O motivo de haver permanentemente algumas dezenas de trabalhadores sem colocação filia-se no facto de os mesmos não terem boa aceitação, quer por carência física, quer por serem possuídos de carácter um tanto rebelde, e portanto, mau para o trabalho.*” Arquivo do Ministério da Administração Interna, *Arquivo do Gabinete do Ministro*, Ofício Confidencial n.º 292, SG 1048, GBT 16, Telegramas e Censura, 1950. Esta situação é corroborada por António Malaquias Abalada, trabalhador rural e seareiro de Alpiarça, que nos revelou ter tido, muitas vezes, dificuldade em ser contratado para determinados patrões que conheciam a sua actividade resistente e, desta maneira, faziam exerciam pressão sobre ele tentando reprimir as suas actividades reivindicativas.

sível que esta *se transformasse num foco comunista legalizado*³⁶, propondo-se antes a intervenção de uma comissão arbitral³⁷. O delegado do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência de Santarém, consultado pelo governador, mostrava-se, todavia, favorável à criação de uma Casa do Povo, adiantando que as tentativas nesse sentido não haviam resultado, porque “*ainda não houve, quer por parte dos trabalhadores, quer por parte dos produtores agrícolas qualquer manifestação nesse sentido, e que não se encontram dirigentes idóneos*”³⁸. Ou seja, se atendermos a que eram geralmente os proprietários médios ou grandes, que tomavam a iniciativa de criação das Casas do Povo, estamos perante uma confissão por parte do delegado do INTP do desinteresse dos proprietários locais que impedia a concretização de uma medida propugnada pelo Estado Novo – a criação de Casas do Povo. Para o governador civil, o Grémio de Lavoura dirigido por um grande proprietário absentista local, poderá ter uma acção benéfica, recusando a possibilidade desse proprietário se tornar, como o relatório da PIDE suspeitava, num joguete nas mãos do gerente e dos lavradores locais. Perante uma nova crise que se adivinha, em Agosto de 1950, o Governador Civil mostra-se esperançado na possibilidade de esta ser resolvida pela acção conjunta da “*Câmara, dos lavradores, das Obras Públicas e do Socorro Social*”³⁹.

Para a GNR, a preocupação principal era defender os elementos da patrulha envolvidos nos confrontos, tentando demonstrar não ter havido excesso de utilização da força, ainda que tivesse havido um morto e vários feridos.

Mais, os alvitres desta força, dirigidos aos seus superiores, vão no sentido de manutenção das patrulhas de Cavalaria ao adivinhar-se o

³⁶ Idem, *ibidem*, fl.5. Facto que quase veio a verificar-se, pois em 1973 os dirigentes locais do Partido Comunista mobilizavam os trabalhadores rurais (tal como noutras localidades do Alentejo) para que estes se inscrevessem na Casa do Povo (entretanto criada), com o objectivo de virem a poder participar nas eleições da sua direcção e colocarem alguém da sua confiança, que defendesse os seus interesses (Cf. Entrevista com António Malaguias Abalada, 12 de Setembro de 98 – cassete nº59, lado b). Contudo, em Abril de 1974 dá-se o golpe de Estado e as eleições realizaram-se já durante o regime democrático.

³⁷ Estas Comissões haviam sido criadas ao abrigo de um despacho de 15 de Maio de 1943, tendo-lhes sido dada novas competências pelo despacho de 15 de Maio de 1946.

³⁸ Idem, *ibidem*, fl.6

³⁹ Idem, *ibidem*, fl.6. O recurso a obras públicas e à distribuição compulsiva de trabalhadores pelos grandes proprietários eram práticas habitualmente desenvolvidas para tentar minorar o desemprego e potenciais reivindicações.

desencadear de nova crise. Os próprios interrogatórios da PIDE⁴⁰, realizados aos presos na Rua António Maria Cardoso (Lisboa), vão nesse sentido: *“Eles queriam saber quem é que tinha matado o Alfredo Lima. E a gente dizia: “Quem matou o Alfredo Lima foi o guarda, mais ninguém tinha armas”, “Então e como é que foi?”, “Sei lá como é que foi! Eu não tava lá”, “Não tavas?”, “Não. Eu tou aqui por engano, pá. Eu não tava”. [...]Eles queriam saber como é que aquilo tinha começado. [...]E os gajos começaram a querer dizer que os trabalhadores tinham arrancado pedra e atirado aos guardas, para os guardas fazerem um trabalho daqueles. E o que é que eles fazem para a opinião pública pensar que era verdade? De noite, foram lá os guardas, arrancaram as pedras, espalharam pedras para um lado e para o outro. Esse homem, que lá morava [...]viu isso tudo. E o homem foi ser testemunha do morto. [...]E o homem chegou ao Tribunal e disse: “Eu já moro ali, já não sei há quantos anos, nunca vi aquela rua com uma pedra fora. [...]Eu, como católico praticante, não posso mentir ao Tribunal”. Pronto, os gajos fecharam o processo, fecharam aquilo tudo, mandaram a malta embora.”*⁴¹. As forças policiais aproveitaram estes acontecimentos para reforçarem a sua implantação local.

O funeral de Alfredo Dias Lima – ao invés do que pretendia a oposição alpiarçense, o Presidente da Câmara, o pároco de Alpiarça e o Governador Civil – não se fez para a vila, a instâncias da PIDE e da GNR, que receavam as repercussões duma marcha nas circunstâncias do momento e com os ânimos quentes: *“Imagine-se o que teria sido, atravessar a cidade de Santarém, Almeirim, e entrar em Alpiarça, com o cadáver aos ombros dos conterrâneos e amigos do falecido!”*⁴².

Os pormenores do funeral de Alfredo Lima revelam as tentativas, por parte das autoridades policiais para evitar que o episódio assumisse maiores proporções (através da formação de concentrações) que conduziriam à sua rápida transformação em mártir e símbolo da resistência. Todos os esforços foram feitos no sentido não só de dispersar a multidão, mas também de afastá-la da *prova do crime*, como podemos perceber através do testemunho de António Abalada: *“Depois, não deixaram vir o*

⁴⁰ Ver PC 213/50 [AN/TT – PIDE-DGS]

⁴¹ Entrevista com Álvaro Brasileiro, Alpiarça, 23 de Agosto de 98 (cassete nº61, lado a)

⁴² Arquivo do Ministério da Administração Interna, “Relatório – Incidentes entre trabalhadores rurais e uma patrulha da Guarda Nacional Republicana, em Alpiarça, no dia 4 do Mês corrente”, Gabinete do Ministro do Interior, SG 1040, GBT 5 e PIDE, 1950, fl. 8

corpo para Alpiarça. O corpo só foi mandado para cá depois do 25 de Abril. Ficou em Santarém. [...] Quando correu que o funeral era em Santarém, daqui de Alpiarça à Tapada era um mar de gente. Eles fazem, depois, ao contrário: quando viram tanta gente disseram que o funeral que vinha para Alpiarça."⁴³

Para as autoridades, o efeito de contágio de que se revestiriam as formas de luta, e o carácter congregador de um cortejo fúnebre numa zona em que a consciência de classe é ubíqua e a unidade de classe perigosa – não se escamoteando, todavia, a existência de situações intermédias em quantidade superior à de outras terras do sul e nomeadamente alentejanas – são profundamente receados. O PCP tinha organização em Alpiarça desde 1943, como sucedia com outras povoações do Ribatejo e do Alentejo, reflectindo a nova política que resultava da reorganização deste partido. Ainda que os efeitos da repressão se tivessem feito sentir na rede local, os agentes da PIDE sabiam o que a GNR receava: que, apesar das prisões levadas a cabo, a situação fosse congregadora, demais a mais por se tratar de um período do ano em que a unidade entre os trabalhadores rurais mais se fazia sentir, expressa nomeadamente nas ofensivas de Verão pelo aumento dos salários.

Deste tempo anual que as lutas aproveitavam, destrinchando as ofensivas de Verão – com a exigência de subida de salários, ou, noutras conjunturas, novas reivindicações destinadas a alterar o estado de coisas – e as formas defensivas do Inverno, em que se pedia trabalho, não dão os documentos qualquer sinal. Esses quotidianos dos assalariados, num tempo que se repetiria anualmente, não tem impacte discursivo, mesmo quando os relatórios tentam fazer uma avaliação da situação que precedera os acontecimentos. A consciência da ciclicidade dos tempos fortes e dos tempos vulneráveis era, todavia, recorrente entre os assalariados e sobressai nos discursos elaborados sobre as manifestações de resistência e as formas de agitação. É o tempo denso, carregado, descrito exhaustivamente com múltiplos pormenores, cruzado pelo instante de um tiroteio e pelas consequências deste, que é mais facilmente apreendido pelos grupos dominantes e, obviamente, pela PIDE e pela GNR. O quotidiano, ainda que pautado por lutas e formas de resistência encapotadas, é rotineiro e desgastante. Corrói, mas lentamente, sem dar aso a cabeçalhos de jornal. O instante de uma bala e as suas possíveis sequelas merecem, pelo contrário, uma atenção reforçada.

⁴³ Idem, *Ibidem*

Os trabalhadores rurais salientam a insólita atitude – compreensível à luz da perspectiva das autoridades – de enviar para as masmorras alguns assalariados, tentando inculpá-los do crime cometido, transformando o ocorrido numa reacção defensiva por parte das forças da ordem. O discurso unificado dos trabalhadores, que remete para um quotidiano de lutas contínuas culmina naquele momento trágico, é enfático na perpetuação da situação extremada e mísera das suas condições de vida.

Perante um mesmo acontecimento, num momento em que o tempo se adensou e que, ao contrário dos quotidianos de rotina, sugeriu múltiplas construções, as perspectivas das elites e das autoridades mostram as clivagens entre os grupos próximos do poder. Essas perspectivas, se no caso dos proprietários, reflectem o lugar de classe – ou seja, o interesse que os indivíduos sentem como seu – dão igualmente legibilidade às rivalidades dentro dos grupos detentores do poder a nível local (Presidente de Câmara, Grémio da Lavoura), e a nível intermédio (delegado do INTP, Governador Civil). Permite-nos, ainda, aflorar não só a questão das mediações entre o local e o central num Estado autoritário, como as extensões da rede social, intuindo as interprotecções e as formas de patrocínio que subjazem a partes dos discursos construídos para convencer o governo, na pessoa do Ministro do Interior. Mas porque não colaboram de forma activa os proprietários locais com o governo da Nação, concretizando assim o ideal corporativo? Essa colaboração seria demonstrável quer através de uma subida de salários, propugnada pelo relatório da polícia política, quer pela contratação de trabalhadores nos tempos de carência para efectuar tarefas que, sendo dispensáveis, ao serem levadas ao cabo aumentariam a produtividade das terras. O maior aprofundamento da perspectiva das elites, ao requerer o estudo circunstanciado das redes sociais, com o conhecimento aprofundado das teias de relações, remete-nos dos documentos para o trabalho de terreno, intensivo, que permita descortinar quanto o papel encobre.